

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A IMPORTÂNCIA DO SIMPLES
PARA AS MICROEMPRESAS

TATIANA HONÓRIO SILVA

FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA

1997

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A IMPORTÂNCIA DO SIMPLES
PARA AS MICROEMPRESAS

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Departamento de Ciências Contábeis, do Centro Sócio Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

TATIANA HONÓRIO SILVA

Orientador: Profº Alexandre Zoldan da Veiga

FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA

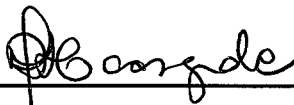
1997

A IMPORTÂNCIA DO SIMPLES PARA AS MICROEMPRESAS

TATIANA HONÓRIO SILVA

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão no
Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina,
obtendo a nota média de 9,0, atribuída pela comissão examinadora.

Florianópolis, 05 de Dezembro de 1997.

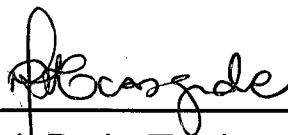


Profª Maria Denize Henrique Casagrande
Coordenadora de Monografia

Professores que compuseram a banca examinadora:



Profº Alexandre Zoldan da Veiga
Presidente



Profª Maria Denize Henrique Casagrande



Profº Rainoldo Uessler

AGRADECIMENTOS

Agradeço a **DEUS** que incomparável e inconfundível na sua infinita bondade, sempre compreendeu meus anseios e me deu a necessária coragem para atingir meus objetivos.

A meu Pai **Pedro Paulo Silva** e a minha Mãe e melhor amiga **Edinícia Honório Silva**, que me deram a vida e me ensinaram a vivê-la com dignidade, que se doaram por inteiro e renunciaram muitas vezes dos seus sonhos para que, muitas vezes, eu pudesse realizar os meus, presto a minha eterna e imensurável gratidão.

Agradeço a meu irmão **Alexandre Honório Silva**, que permaneceu ao meu lado nos momentos mais felizes e tristes da minha vida.

Ao **Prof.º Alexandre Zoldan da Veiga** pela orientação criteriosa, sempre acompanhando a evolução e consolidação das idéias e conceitos embutidos neste trabalho.

Agradeço também, à meu patrão **José Carlos da Silva** pela oportunidade que me proporcionou de conciliar a prática com a teoria aprendida na Universidade. A meus colegas de trabalho pelo muito que me ensinaram, em especial a **Ana Lúcia**. E a meus amigos **Jefferson, Elaine e Patrícia** pela amizade demonstrada durante todo período vivido na Universidade.

Aquelas pessoas, cujo nome não é citado, pela inviabilidade de listá-las, mas que participaram de alguma maneira, em algum momento do trabalho, meu muito obrigado.

RESUMO

O Estudo proposto objetiva identificar a importância que a criação do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições, o SIMPLES trouxe para as Microempresas.

Das Microempresas que surgiram ainda que de modo muito rudimentar a muitos séculos atrás, às Microempresas de hoje, houveram grandes mudanças. Algumas legislações foram criadas para auxiliar no seu desenvolvimento. Porém, mesmo com estas legislações as Microempresas até pouco tempo ainda não tinham se libertado da burocracia, da elevada carga tributária, dos onerosos encargos sociais e de várias restrições impostas pelas legislações.

No entanto, isto começou a mudar, desde a elaboração da Lei nº 9.317/96, a Lei do SIMPLES, que criou o imposto único que engloba vários impostos e contribuições, e que vem com o intuito de aliviar a carga tributária imposta as Microempresas.

O Estudo ainda aborda de forma prática, através de exemplos hipotéticos, as vantagens que uma Microempresa pode ter se optar ou não pelo SIMPLES.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

1.1. Problema	7
1.2. Objetivos	8
1.3. Metodologia	8

2. MICROEMPRESA

2.1. História da microempresa	9
2.2. A microempresa no Brasil (regras até 1996)	10
2.2.1. A importância da microempresa	11
2.2.2. As dificuldades enfrentadas pelas microempresas	12
2.2.3. Legislação da microempresa	16

3. IMPOSTO SIMPLES

3.1. O que é o simples	20
3.2. Enquadramento no simples	22
3.3. Quem pode e quem não pode optar pelo simples	23
3.4. Percentuais do simples para as microempresas	25
3.5. Forma e prazo para opção pelo simples	27
3.6. Burocracia no simples	28
3.7. Exclusão do simples	29

4. VANTAGENS E BENEFÍCIOS DO SIMPLES

4.1. A Microempresa “com” e “sem” a adoção do simples	33
4.1.1. Microempresa comercial	34
4.1.2. Microempresa prestadora de serviços	35
4.1.3. Microempresa comercial com o estado aderindo ao simples	35
4.1.4. Microempresa prestadora de serviços com o município aderindo ao simples	37
4.1.5. Microempresa comercial e prestadora de serviços com o estado e o município aderindo ao simples	38

5. CONCLUSÃO	41
--------------------	----

6. BIBLIOGRAFIA	42
-----------------------	----

TABELAS

Tabela 1 - Encargos sociais da empresa 15

Tabela 2 - Encargos sociais da empresa 16

Tabela 3 - Percentuais do simples para as microempresas..... 25

Tabela 4 - Exemplo prático para cálculo do simples..... 26

Tabela 5 - Exemplo prático recolhimento do simples 26

Tabela 6 - Percentuais do simples com IPI..... 26

Tabela 7 - Percentuais do simples com ICMS e/ou ISS 27

1. INTRODUÇÃO

1.1. PROBLEMA

Há muitos séculos as Microempresas fazem parte da nossa História, apesar de uma forma simples no início, sempre estiveram presentes quando foram solicitadas. Hoje em dia isto não é diferente, com a abertura econômica mundial, e a crescente necessidade de reduzir custos, as Microempresas estão demonstrando cada vez mais sua importância.

No entanto, apesar de contribuírem para o desenvolvimento do País, às Microempresas nem sempre foi dispensado um tratamento diferenciado em relação as empresas de maior porte. Elevada carga tributária, onerosos encargos sociais e excesso de burocracia sempre foram uma constante na vida das Microempresas. Fora algumas leis, como por exemplo a Lei nº 7.256/84 que criou o Estatuto da Microempresa, não se conseguiu elaborar uma legislação clara e direcionada unicamente as Microempresas.

Porém, esta situação começou a se modificar, a partir de 05 de dezembro de 1996, com a criação da Lei nº 9.317 que instituiu o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas, o SIMPLES, que teve origem na MP 1.526 de 05 de novembro de 1996. Com esta Lei e sua revolucionária sistemática, criou-se condições mais favoráveis para o desenvolvimento das Microempresas. Com a unificação dos impostos e contribuições o governo pretende tirar muitas empresas da informalidade, diminuir a burocracia existente e por consequência aumentar a arrecadação.

Assim o estudo proposto terá como mérito próprio demonstrar a importância do SIMPLES para as Microempresas e por consequência para a economia do País.

1.2. OBJETIVOS

O objetivo geral deste estudo é apresentar a importância da criação do Imposto SIMPLES para as Microempresas e para a economia do País.

Como consequência do objetivo geral temos os seguintes objetivos específicos:

- Demonstrar a evolução das Microempresas, suas legislações e sua importância;
- Apresentar a legislação vigente a respeito do Imposto SIMPLES;
- Mostrar através de exemplos hipotéticos quais as vantagens e benefícios que o SIMPLES trouxe para as Microempresas.

1.3. METODOLOGIA

O Estudo consiste numa pesquisa de natureza bibliográfica.

Na primeira etapa efetuou-se o levantamento e obtenção do material necessário à execução do estudo.

Como segunda etapa e ponto de partida para a consecução do estudo, tratou-se de discriminar os conceitos teóricos relativos às Microempresas, sua história, seu desenvolvimento e suas dificuldades. Posteriormente abordou-se os conceitos relativos ao Imposto Simples, sua legislação e aspectos regulamentares.

Por fim visando facilitar a compreensão teórica desenvolvida nas duas etapas deste estudo, foram elaborados exemplos hipotéticos, demonstrando o que seria uma empresa “com” e “sem” o SIMPLES.

2. MICROEMPRESA

2.1. HISTÓRIA DA MICROEMPRESA

“A Microempresa assim como os demais personagens que fazem parte de nossa época, surgiu ainda que, de modo rudimentar há muitos séculos atrás. Isto pode ser constatado observando a evolução da História. Registros contam que já no século X a civilização chinesa que naquela época dominava a tecnologia, a ciência e a cultura, começaram a desenvolver o comércio marítimo, que como podemos perceber tratava-se de um estágio embrionário da Microempresa” (Ramos e Fonseca, 1995, p. 20).

Entretanto como tudo que é descoberto e que produz resultados positivos, é copiado, vimos que, naquela época não poderia ser diferente. Tendo contato com as inovações Orientais, o Ocidente começou a se desenvolver. É neste momento que o Ocidente começa a obter espaço no cenário econômico daquela época, que até então era dominado pelo Oriente.

“Mas sem dúvida alguma pode-se dizer que o marco inicial para o desenvolvimento das micros, pequenas, médias e grandes empresas foi a Revolução Comercial que ocorreu em meados do século XVII, seguida pela Revolução Industrial que ocorreu em meados do século XVIII” (Ramos e Fonseca, 1995, p. 21).

Deste modo a presença das Microempresas nas sociedades, após a Revolução Industrial, sempre foi tida como fato natural. Entretanto podemos perceber que as políticas específicas para a promoção das Microempresas, bem como a preocupação de governantes com estas, só começou a ocorrer a partir do século XX, mas especificamente em 1973 com a “Crise do Petróleo”, é neste momento de crise que as Microempresas tornaram-se peças fundamentais para o equilíbrio da economia, que naquele instante precisava de empresas pequenas, que fossem ágeis, flexíveis e que acima de tudo conseguissem gerar empregos. Quase que paralelamente a Crise do Petróleo surge uma das invenções mais importantes para a sociedade o “Computador”, que juntamente com as demais invenções tecnológicas torna-se um aliado fundamental para o desenvolvimento das

Microempresas.

Em contrapartida, as grandes empresas com o surgimento do computador, deparam-se com a realidade de que não estavam preparadas para um processo de modernização tão acelerado. Grandes porém lentas, as grandes empresas tiveram necessidade de flexibilidade e começaram a perceber que com a economia cada vez mais globalizada, isto só seria conseguido através da Terceirização. Inchadas de funcionários as grandes empresas começam a incentivar os seus funcionários à demissão voluntária e a abertura posteriormente de empresas especializadas que prestassem serviços de qualidade para as grandes empresas.

“Assim começam a se desenvolver as Microempresas que vemos atualmente. Ágeis, flexíveis, com modernos meios de gestão e controle de Qualidade, informatizadas as Microempresas deixam de ser vistas como peças fundamentais para gerar empregos e melhorar a renda das pessoas e passam a ser uma peça chave para o desenvolvimento nacional” (Ramos e Fonseca, 1995, p. 28).

2.2. A MICROEMPRESA NO BRASIL (REGRAS ATÉ 1996)

No Brasil como quase todas as descobertas são copiadas dos países mais desenvolvidos, o valor que a Microempresa representa para o país só foi reconhecido por volta dos anos 70. A partir deste momento os governantes começaram a ver as Microempresas com bons olhos e passaram a elaborar projetos para sustentar o seu desenvolvimento.

Entretanto podemos dizer que o grande passo dado pelo Brasil em favor das Microempresas, foi a criação da Lei nº 7.256 de 27 de novembro de 1984, que instituiu o Estatuto da Microempresa, que juntamente com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), entidade que se tornou o braço forte das Micro e Pequenas empresas, trouxe uma gama de vantagens para as Microempresas.

O quadro que presenciamos hoje após a criação do Plano Real (em 1º de julho de 1994), é um Brasil que necessita muito da Microempresa, e que está

cada vez mais conscientizado que o crescimento do país depende diretamente do sucesso das Microempresas. A cada dia que passa vemos que a preocupação de alguns membros do Legislativo e do Executivo de nosso país em atender e apoiar as Microempresas está se tornando cada vez maior, o que demonstra que o futuro das Microempresas no Brasil será muito promissor.

2.2.1. A IMPORTÂNCIA DA MICROEMPRESA

Como já foi mencionado anteriormente a partir do momento em que os países mais desenvolvidos perceberam a importância das Microempresas começaram a dispensar atenção sobre o assunto. No Brasil isto não foi diferente (apesar de só perceberem a importância da Microempresa anos mais tarde).

Hoje em dia, vemos que o crescimento da economia brasileira juntamente com a economia cada vez mais globalizada deram um espaço maior para o crescimento das Microempresas.

Com o crescimento da economia brasileira, depois do Plano Real, houve uma distribuição maior da renda. A classe média que antes do Plano detinha uma quantia razoável, com a redistribuição da renda tornou-se uma das maiores, senão a maior consumidora de serviços e bens. As tecnologias de informação (computador, telefone, celular, etc.) e telinformação tornaram-se cada vez mais acessíveis à classe média. Hábitos que antigamente só eram praticados por camadas mais altas da pirâmide social, agora estão sendo praticados pela camada intermediária (classe média). Um cenário desses oferece sem dúvida nenhuma, um campo enorme para as Microempresas, tanto para as já existentes, quanto para aquelas que irão surgir com novos produtos e serviços.

Depois do Plano Real com a economia “estabilizada” as grandes empresas tiveram que se reorganizar, com a queda da inflação não conseguiram obter mais lucros na ciranda financeira, que durante muito tempo foi considerada por muitos uma das melhores fontes de lucros. Com um elevado custo , começaram a demitir. E ao demitir puseram em risco o Plano Real. Entretanto foi nesta situação que mais uma vez as Microempresas provaram quanto são importantes para o país, servindo como válvula de escape para conter a recessão

que poderia ser causada pela demissão em massa e, começaram a empregar os desempregados.

No entanto não poderíamos deixar de comentar uma das mais novas importâncias que as Microempresas trouxeram para o Brasil. Com custos mais “reduzidos” e com qualidade eficiente as Microempresas não se contentaram em atender somente a demanda brasileira, e quiseram ir muito além. Viram nas exportações e no Mercosul um ótimo negócio para obter bons lucros. De uma maneira tímida porém ousada começaram a conquistar mercados externos e com isso gerar divisas para o Brasil, que vê nas exportações uma saída de emergência para possíveis problemas econômicos.

Poderíamos continuar a escrever linhas e mais linhas sobre a importância das Microempresas para o Brasil, mas são tantas que preferimos tratar as principais, por entendermos serem estas as mais significativas.

2.2.2. AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS MICROEMPRESAS

Apesar de estar mais do que esclarecida a importância da Microempresa para o Brasil, vemos que até agora não foi dispensado o tratamento que ela realmente merece. Fora algumas leis e regulamentos, o Brasil diferentemente do resto do mundo nunca conseguiu elaborar uma política clara e objetiva para facilitar a vida das Microempresas.

Por causa disto algumas pessoas que tenham a intenção de montar seu próprio negócio desistam no meio do caminho por se depararem com os três dos maiores problemas enfrentados que são respectivamente: a burocracia, a elevada carga tributária e os onerosos encargos sociais a que são submetidas as Microempresas.

BUROCRACIA

O Excesso de obrigações na fase de abertura de uma Microempresa é uma das maiores barreiras para sua implantação. Além do capital inicial que os

sócios precisam dispor para investir na sociedade, eles devem estar preparados para a maratona burocrática que irão enfrentar. Não chega a ser nada de outro mundo, mas os novos empresários devem estar preparados para lidar com dezenas de siglas, taxas e impostos em repartições municipais, estaduais e federais, até que as portas da nova empresa estejam abertas e o primeiro cliente seja atendido.

A burocracia acaba se tornando um dos principais motivos para que muitas empresas permaneçam na informalidade. Como poderá sobreviver uma empresa que tem que atender às mesmas exigências burocráticas impostas às grandes empresas.

Para se ter uma idéia, a abertura de uma empresa seja ela micro ou pequena empresa pode ultrapassar três meses, o que pode resultar na perda irreversível de inúmeras oportunidades de negócios. Para exemplificar e até mesmo elucidar, mostraremos algumas etapas a serem percorridas para a abertura de uma Microempresa.

As etapas para se abrir uma Microempresa são as seguintes:

- Definir a forma jurídica da Microempresa que pela legislação pode ser uma Firma Individual ou uma Sociedade Comercial;
- Consulta ao código de zoneamento urbano do município, para verificar se não existam proibições à instalação da empresa na área escolhida;
- Consulta a Junta Comercial para verificar se não existe uma empresa com mesmo ou semelhante nome que foi escolhido;
- Elaboração do Contrato Social para as Sociedades Comerciais ou então da Declaração de Firma Individual para as Firms Individuais e registrados na Junta Comercial;
- Inscrição no Cadastro Geral dos Contribuintes (C.G.C.);
- Cópias xerográficas do C.I.C. e R.G. dos sócios no caso de Sociedade Comercial, ou do titular no caso de Firma Individual;
- Inscrição estadual e municipal;
- Imposto Sindical recolhido ao sindicato patronal;
- Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos (TCEC), que é o recolhimento feito ao Estado quando da solicitação da ficha de inscrição de contribuinte do Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e

sobre Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal (ICMS);

Após passar por todas estas etapas, os empresários podem dizer que já venceram uma das muitas batalhas que ainda terão que enfrentar para conseguir consolidar sua posição no mercado.

ELEVADA CARGA TRIBUTÁRIA

Depois de vencer o caminho da burocracia para abrir uma Microempresa o empresário ainda terá que enfrentar um problema que depois do processo burocrático para abertura é um dos principais responsáveis pela baixa de muitas Microempresas.

O problema que estamos nos referindo acima é a elevada carga tributária que as Microempresas estão submetidas. Apesar de serem pequenas as Microempresas pagam quase os mesmos impostos e contribuições que as grandes empresas. Isto acontece porque o Governo não enxerga ou não quer enxergar que há necessidade de se caracterizar precisamente o que é uma micro, uma pequena, uma média e uma grande empresa para depois definir os direitos e obrigações concernentes a cada uma.

Com a definição correta dos direitos e obrigações de cada uma, tornar-se-ia muito mais fácil planejar incentivos para auxiliar seu crescimento.

Em razão de não existir nenhuma Lei que regule isto, é que ocorre uma situação que não é benéfica nem para o país e muito menos para a população. Como meio de sobrevivência e até por falta de alternativas muitos Microempresários entram no ciclo vicioso da sonegação fiscal que é o meio encontrado por muitos para não fecharem suas portas. Se analisarmos bem as Microempresas pagam a mesma quantidade de impostos de uma empresa de maior porte, que possui entre outros fatores um faturamento muito maior e até mesmo um bom poder de barganha para conseguir benefícios em seu favor.

ENCARGOS SOCIAIS ONEROSOS

Não menos importantes que os problemas causados pela burocracia e pela elevada carga tributária que as Microempresas estão submetidas, os encargos sociais que oneram as Microempresas são praticamente os mesmos que oneram as médias e grandes empresas, e por consequência se tornam mais uma das dificuldades enfrentadas pelas Microempresas.

“Os encargos sociais são as obrigações de ordem trabalhista e previdenciária que incidem sobre os salários, significando não só direitos deles decorrentes (FGTS, 13º Salário, Férias, Adicionais, Etc.) como também direitos indiretos que deles decorrem (Previdência Social, Acidentes do Trabalho, Salário Educação, Etc.)”(Ramos e Fonseca, 1995, p.67).

Para dar uma visão de alguns encargos sociais que uma Microempresa está obrigada a recolher daremos um exemplo prático do percentual que os encargos sociais representam para uma Microempresa.

Para efeito de cálculo serão considerados 276 dias produtivos por ano, excluindo-se aí 52 domingos, 26 dias relativos as férias e 11 feriados oficiais. Inicialmente serão abordados os encargos sociais que incidem sobre a folha de pagamento e também sobre aqueles pagos diretamente aos empregados juntamente com as contraprestação de serviços, sendo eles:

Tabela 1

Previdência Social	20,00%
SESI/SESC	1,50%
SENAI/SENAC	1,00%
INCRA	0,20%
Salário-Educação	2,50%
SEBRAE	0,60%
Custeio de Acidentes de Trabalho	1,00%
FGTS	8,00%
TOTAL	34,80%

Fonte: RAMOS, Flávio; FONSECA, José Leite de Assis. A Grande Dimensão da Pequena Empresa — Perspectivas de Ação. Brasília: SEBRAE, 1995, p. 68.

Num segundo momento, teríamos as obrigações referentes aos dias pagos aos empregados, sem que haja prestação de serviços. Sendo elas:

Tabela 2

Repouso Semanal Remunerado	18,84%
Férias	9,42%
Abono de Férias	3,62%
Feriados	3,99%
Auxílio Doença	0,54%
Aviso Prévio	1,33%
TOTAL	37,74%

Fonte: RAMOS, Flávio; FONSECA, José Leite de Assis. A Grande Dimensão da Pequena Empresa — Perspectivas de Ação. Brasília: SEBRAE, 1995, p. 68.

Se pararmos para analisar as tabelas acima apresentadas, somos levados a interpretar que as legislações sociais são benéficas demais para os empregados e maléficas para os empregadores. Por causa disto, a cada dia que passa temos mais e mais trabalhadores vivendo na informalidade. Já que legalizar a carteira de trabalho é desvantagem para as Microempresas. E o que percebemos é que muitos trabalhadores são obrigados a concordar com isto porque não têm outra opção. Ou aceitam trabalhar na informalidade ou não trabalham.

2.2.3. LEGISLAÇÃO DA MICROEMPRESA

Como foi citado anteriormente o maior passo que o Brasil deu a favor da Microempresa foi a criação da Lei nº 7.256/84 que ficou conhecida como Estatuto da Microempresa.

Com ela a empresa que obtivesse o registro especial como Microempresa teria isenção do Imposto de Renda sobre seus lucros.

No entanto esta mesma Lei colocou certas proibições para que uma Microempresa não gozasse o benefício da isenção do Imposto de Renda. Segundo a Lei nº 7.256/84 estão excluídos da isenção as empresas que:

- *“O titular ou quaisquer sócios sejam pessoas físicas domiciliadas no exterior;*

- *Participem do capital de outra Pessoa Jurídica;*
- *Cujo titular ou sócios participem com mais de 5% do capital de outra empresa, ressalvado se a receita de ambas alcançar no máximo, R\$ 79.555,20 (limite em 1996);*
- *Ou que realizem operações relativas a:*
 - *Importação de produtos estrangeiros, salvo se estiver situada em área da Zona Franca de Manaus ou da Amazônia Ocidental;*
 - *Compra e Venda, loteamento, incorporação, locação e administração de imóveis;*
 - *Armazenamento e depósito de produtos de terceiros;*
 - *Câmbio, seguro e distribuição de títulos e valores mobiliários;*
 - *Publicidade e propaganda, excluídos os veículos de comunicação;*
 - *Prestação de serviços profissionais de médico, engenheiro, advogado, dentista, veterinário, economista, contador, despachante e de outros serviços que se lhes possam assemelhar.*”

Entretanto é oportuno deixar claro que as Microempresas que estiverem enquadradas como Microempresas e portanto isentas do Imposto de Renda por receita bruta reduzida podem não gozar da isenção de tributos estaduais ou municipais, isto deve-se ao fato de que o limite de receita bruta para fins de incentivos pode variar em cada esfera governamental.

Para gozar da isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica as Sociedades Comerciais e as Firms Individuais devem fazer o seu enquadramento como Microempresa nas Juntas Comerciais, e a partir deste momento adotar seu nome ou firma seguidos das expressão “Microempresa” ou “ME”.

O enquadramento como Microempresa não significa que ela terá benefícios infinitos. Conforme o Art. 6º do Decreto nº 90.880/95 a Microempresa terá o cancelamento de seu registro especial quando:

- Houver pedido da própria Microempresa;
- Pelo ofício, pelo órgão de registro;
- Solicitação ao órgão de registro, apresentada por qualquer outro órgão da administração pública.

Um exemplo de como este cancelamento pode ocorrer, é quando a Microempresa conforme a Lei nº 7.256/84, exceder o valor da receita bruta anual durante dois anos consecutivos ou três anos alternados. Neste caso sobre o valor

excedente haverá tributação do Imposto de Renda que poderá ser feita pelo Lucro Presumido ou pelo Lucro Real, e do PIS (Programa de Integração Social), já que este não é devido pela Microempresa enquanto ela estiver dentro do limite permitido da receita bruta anual.

A Lei nº 7.256/84 também abriu um espaço para que fosse discutido as obrigações acessórias que as Microempresas são obrigadas a realizar. Segundo a mesma Lei as Microempresas estão dispensadas de manterem escrituração contábil e fiscal, ficando obrigada porém, de manter guardada a documentação que servirá como base para comprovação, quando assim fizer necessário. Cabe lembrar que a dispensa de manter escrituração contábil e fiscal é válida somente para efeitos fiscais, já que o Código Comercial Brasileiro deixa claro que todas as empresas não importando seu porte, são obrigadas a manter escrituração contábil, já que esta serve como base para distribuição de lucros e como prova na Justiça quando em processo de falência ou concordata.

Ainda sobre o tema referente a legislação da Microempresa temos um outro grande passo dado, mas só que neste caso a nível estadual. Aprovada em 16 de fevereiro de 1995 pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, e em vigor desde 1º de março de 1995, a Lei nº 9.830 surgiu como um incentivo a mais, proporcionado as milhares de Microempresas catarinenses.

Ao modificar critérios de enquadramento e estabelecer tratamento tributário diferenciado às Microempresas, a Lei proporcionou um novo impulso ao desenvolvimento das Microempresas do Estado e por consequência ao desenvolvimento do próprio Estado. Com esta Lei as Microempresas ficaram isentas de recolher o ICMS (Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e de comunicação).

No entanto apesar da Lei conceder isenção do ICMS para as Microempresas, estas deveriam cumprir certas normas, entre elas:

- a) Estarem enquadradas como Microempresas;
- b) As Microempresas não podem obter o registro se:
 - Forem constituídas sob a forma de Sociedades Por Ações;
 - Tiver como sócio Pessoa Jurídica;

- Participar do capital de outra Pessoa Jurídica com mais de 5%;
- O sócio ou titular de firma individual, seus cônjuges ou filhos menores, participem com mais de 5% do capital de outra empresa;
- Manter relação de interdependência com outra empresa;
- Praticar serviço de transporte intermunicipal ou interestadual;
- Prestar serviços de comunicação;
- Realizar operações com veículos automotores, novos ou usados;
- Realizarem operações relativas à circulação de produtos primários, assim definidos em regulamento, exceto para as vendas a consumidor final, localizado neste Estado.

O que podemos perceber quando entramos em contato com as Leis nº 7.256/84 e nº 9.830/95 é que todas as duas levando em conta suas peculiaridades tiveram seus méritos próprios. A Lei nº 7.256/84 representou uma grande conquista para as Microempresas. Já a Lei nº 9.830/95 representou um grande instrumento para o desenvolvimento da economia do Estado.

Sem dúvida alguma as Leis, normas e regulamentos elaborados até aqui foram de grande valia tanto para as Microempresas quanto para o País, e se não conseguiu-se acabar com alguns problemas enfrentados pelas Microempresas, pelo menos serviram como base para a elaboração de um projeto mais ambicioso que foi batizado como Imposto Simples e que vem recuperar a dignidade das Microempresas.

3. IMPOSTO SIMPLES

3.1. O QUE É O SIMPLES

Diferente de todas as Leis e regulamentos que foram elaborados até agora, a Lei nº 9.317 de 5 de dezembro de 1996, que criou o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas, que foi batizado como “SIMPLES”, promete aliviar a carga tributária imposta as Microempresas, e por consequência tornar um estímulo a mais para a geração de empregos e para formalização de muitas Microempresas que ainda se encontram na informalidade.

Com a adoção do SIMPLES as Microempresas passarão a pagar um “Imposto Único”. Desta forma, conforme o Art. 3 §§ 1º e 5º da mesma Lei, o SIMPLES substituirá os seguintes impostos e contribuições:

- “a) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ);*
- b) Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP);*
- c) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);*
- d) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);*
- e) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);*
- f) Contribuições para a Seguridade Social, a cargo da Pessoa Jurídica, de que trata o Art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, o Art. 25 da Lei nº 8.870 de 15 de abril de 1994 e a Lei Complementar nº 84 de 18 de janeiro de 1996;*
- g) Contribuições a terceiros entre elas as destinadas ao SESC, SESI, SENAI, SENAC, SEBRAE e Salário-Educação.”*

Como podemos ver com a criação do SIMPLES o governo substitui cinco impostos ou contribuições por um, ou seis por um, se caso a Microempresa for contribuinte do IPI. Entretanto mesmo estando inscrita no SIMPLES a Microempresa está obrigada a recolher os seguintes impostos ou contribuições, conforme §§ 2º e 4º do Art. 3 da Lei nº 9.317/96:

- “a) Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF);*
- b) Imposto sobre Importação de Produtos Estrangeiros (I.I.);*
- c) Imposto sobre Exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados (I.E.);*
- d) Imposto de Renda, relativo aos pagamentos ou créditos efetuados pela Pessoa Jurídica e aos rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável, bem como sobre os*

ganhos de capital obtidos na alienação de ativos;

e) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR);

f) Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF);

g) Contribuição para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

h) Contribuição para Seguridade Social, relativa ao empregado.”

A Lei nº 9.317/96 também instituiu uma grande inovação. Segundo a mesma Lei, o SIMPLES poderá incluir o Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal (ICMS) e/ou o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) devido pelas Microempresas, desde que a Unidade Federada e/ou Município em que esteja estabelecida a Microempresa venha a ele aderir mediante convênio. Neste caso se houver adesão do Estado e do Município e se a Microempresa for contribuinte dos dois impostos e do IPI haverá substituição de oito impostos por somente um.

O convênio tratado no parágrafo acima é optativo. Se for feito, terá como partes a União, representada pela Secretaria da Receita Federal e o Estado ou Município, e entrará em vigor a partir do terceiro mês subsequente ao da publicação no Diário Oficial da União, de seu extrato, sendo que a exclusão do ICMS e/ou do ISS do SIMPLES só ocorrerá a partir de 1º de janeiro do ano calendário subsequente ao do cancelamento do contrato.

Outra inovação trazida pelo SIMPLES refere-se aos rendimentos distribuídos aos sócios que com a vigência da Lei nº 9.317/96, passam a gozar da isenção do Imposto de Renda, na fonte e na Declaração anual da Pessoa Física (desde que este lucro a ser distribuído seja apurado corretamente através da contabilidade da empresa), excetuados os valores pagos a títulos de pró-labore, aluguel ou serviços prestados, os quais continuam a sofrer incidência de I.R. na fonte mediante aplicação da tabela progressiva mensal.

Como podemos perceber, o SIMPLES com sua inovadora sistemática veio para ficar e se consolidar como um incentivo a mais para as Microempresas, que ao adotarem poderão ter um alívio na sua carga tributária, e aí sim crescerem, fazendo com isto crescer a economia do Brasil ou até mesmo de Estados e Municípios.

3.2. ENQUADRAMENTO NO SIMPLES

Apesar de significar um grande avanço tributário, nenhuma Microempresa está automaticamente inscrita no SIMPLES. A Lei nº 9.317/96 deixa claro que só poderá adotar o SIMPLES, a Microempresa que no ano-calendário anterior, tenha auferido uma receita bruta não superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais). Com isto a Lei abandona o antigo limite de 1996 de R\$ 79.555,20 para que uma empresa conseguisse o registro como Microempresa.

Para o cálculo da receita bruta citada acima devem ser consideradas as oriundas das vendas e/ou serviços, isto é, aquelas mencionadas no objeto social da empresa, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

A Lei nº 9.317/96 em seu Art. 2º § 1º também abordou um assunto que poderia gerar dúvidas futuras e que diz respeito às empresas que iniciaram suas atividades no ano-calendário anterior ou no próprio ano-calendário. Neste caso, o limite da receita bruta para fins de enquadramento como Microempresa será proporcional ao número de meses em que a Pessoa Jurídica houver exercido atividades, desconsiderando as frações de meses.

Por exemplo uma Microempresa que iniciou atividades em 1º de julho de 1996 e teve um faturamento de R\$ 50.000,00 de julho a dezembro de 1996 poderá ser enquadrada como Microempresa no sistema SIMPLES. Já uma empresa que iniciou suas atividades em 1º de outubro de 1996 e que durante este período obteve um faturamento de R\$ 40.000,00 não pode ser enquadrada como Microempresa, já que ela ultrapassou o limite proporcional de R\$ 30.000,00 durante os três meses.

Assim para uma Microempresa ser enquadrada no SIMPLES ela deverá observar certos critérios estabelecidos pela Lei, e também certas restrições que a Lei nº 9.317/96 impõe e que se não observados podem trazer sérios problemas para a empresa.

3.3. QUEM PODE E QUEM NÃO PODE OPTAR PELO SIMPLES

Apesar de ampliar o limite para enquadramento de uma empresa como Microempresa no SIMPLES, a Lei nº 9.317/96 em seu Art. 9º criou certas vedações para a participação de alguns tipos de empresas no simples, vedações estas que geraram polêmicas discussões.

Assim conforme a Lei nº 9.317/96 não poderá optar pelo SIMPLES, a Pessoa Jurídica:

I - Que na condição de Microempresa tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, uma receita bruta superior a R\$120.000,00;

II - Que na condição de Empresa de Pequeno Porte (EPP) tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, uma receita bruta superior a R\$ 720.000,00.

III - Constituída sob a forma de Sociedades Por Ações;

IV - Cujas atividades sejam banco comercial, banco de investimentos, banco de desenvolvimento, caixa econômica, sociedade de crédito, financiamento e investimentos, sociedade de crédito imobiliário, sociedade corretora de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidora de títulos e valores mobiliários, empresa de arrendamento mercantil, cooperativa de crédito, empresa de seguros privados e de capitalização e entidade de previdência privada aberta;

V - Que se dedique à compra e à venda, ao loteamento, à incorporação ou à construção de imóveis; Nesta exclusão é cabível que abra-se uma brecha para que seja tratado pontos polêmicos no que tange a participação ou não destes tipos de empresas no SIMPLES. Segundo a MP 1.523/11 as empreiteiras podem optar pelo SIMPLES em 1997, pois esta medida, assim como as demais, deve respeitar o Princípio da Anterioridade. Já no exercício de 1998 este tipo de empresa (empreiteira) não mais poderá optar pelo SIMPLES. Outro ponto importante e que gerou inúmeras dúvidas diz respeito as empresas de construção que apenas e tão somente fornecem serviços (mão-de-obra). Analisando a literatura percebemos que a participação destas empresas no Sistema Simples está consubstanciada na decisão nº 09 de 19 de março de 1997 elaborada pela Secretaria da Receita Federal. Deste modo "A Pessoa Jurídica exclusivamente prestadora de serviços de construção de imóveis, desde que não se responsabilize pela execução da obra e preste exclusivamente serviços, sem utilização de materiais de sua propriedade, pode optar pelo SIMPLES.

VI - Que tenha sócio estrangeiro, residente no exterior;

VII - Constituída sob qualquer forma de cujo capital

participe entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal;

VIII - Que seja filial, sucursal, agência ou representação no país, de Pessoa Jurídica com sede no exterior;

IX - Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% do capital de outra empresa, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do Art. 2º, observado o disposto em seu Art. 1º;

X - De cujo capital participe, como sócio outra Pessoa Jurídica;

XI - Cuja receita decorrente da venda de bens importados seja superior a 50% de sua receita bruta total;

XII - Que realize operações relativas a:

- a) importação de produtos estrangeiros;*
- b) locação ou administração de imóveis;*
- c) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;*
- d) propaganda e publicidade, excluídos os veículos de comunicação;*
- e) factoring;*
- f) prestação de serviço de vigilância, limpeza, conservação e locação de mão-de-obra;*

XIII - Que preste serviços profissionais de corretor, representante comercial, despachante, ator, empresário, diretor ou produtor de espetáculos, cantor, músico, dançarino, médico, dentista, enfermeiro, veterinário, engenheiro, arquiteto, físico, químico, economista, contador, auditor, consultor, estatístico, administrador, programador, analista de sistema, advogado, psicólogo, professor, jornalista, publicitário, fisicultor, ou assemelhados, e de qualquer outra profissão cujo exercício dependa de habilitação profissional legalmente exigida;

XIV - Que participe do capital de outra Pessoa Jurídica, ressalvados os investimentos provenientes de incentivos fiscais efetuados antes da vigência da Lei nº 7.256/84 no caso de Microempresas;

XV - Que tenha débito inscrito em Dívida Ativa da União ou do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), cuja exigibilidade não esteja suspensa;

XVI - Que seja resultante de Cisão ou qualquer outra forma de desmembramento da Pessoa Jurídica, salvo em relação aos eventos ocorridos antes da vigência da Lei nº 9.317/96;

XVII - Cujo titular, ou sócio com participação em seu capital superior a 10%, adquira bens ou realize gastos em valor incompatível com os rendimentos por ele declarados;

XVIII - Que iniciou suas atividades no ano-calendário anterior ao da opção e que ultrapassaram os limites proporcionais para enquadramento como Microempresa;

A Lei nº 9.317/96 em seu Art. 9º §§ 2º e 3º esclarece que:

“O disposto nos incisos IX e XIV não se aplica à

participação em centrais de compras, bolsas de subcontratação, consórcio de exportação e associações assemelhadas, sociedades de interesse econômico, sociedades de garantia solidária e outros tipos de sociedades que tenham como objetivo social a defesa exclusiva dos interesses econômicos das Microempresas desde que estas não exerçam as atividades referidas no inciso XII.

E o disposto no inciso XI e na alínea “a” do inciso XII não se aplica à Pessoa Jurídica situada exclusivamente em área da Zona Franca de Manaus e da Amazônia Ocidental, a que se referem os decretos-leis nºs 288, de 28 de fevereiro de 1967, e 356, de 15 de agosto de 1968”.

Também não poderá ser incluído no SIMPLES, ainda que a Unidade Federada ou Município da localização da empresa venha a aderir a este sistema:

I - O ICMS devido por Pessoa Jurídica que possua estabelecimento em mais de uma Unidade Federada ou que exerça, ainda que parcialmente, atividade de transporte interestadual ou intermunicipal;

II - O ISS devido pela Pessoa Jurídica que possua estabelecimento em mais de um Município.”

3.4. PERCENTUAIS DO SIMPLES PARA AS MICROEMPRESAS

A partir do momento que a Microempresa for enquadrada no SIMPLES, ela passará a recolher seus impostos e contribuições com uma alíquota única, que se aplicada sobre a receita bruta mensal, estabelecerá o valor mensal que a Microempresa deverá recolher conforme quadro abaixo:

Tabela 3:

Receita Bruta Acumulada no ano-calendário em curso (em R\$)	Percentual aplicável sobre a Receita Bruta Mensal
Até 60.000,00	3%
De 60.000,01 até 90.000,00	4%
De 90.000,01 até 120.000,00	5%

Para elucidar daremos um exemplo de como ficaria o recolhimento do SIMPLES de uma empresa enquadrada como Microempresa que obteve uma Receita Bruta de janeiro a maio de 1997 de:

Tabela 4:

Período	Receita Bruta Mensal (em R\$)	Receita Bruta Acumulada (em R\$)
Jan/97	12.000,00	12.000,00
Fev/97	15.000,00	27.000,00
Mar/97	20.000,00	47.000,00
Abr/97	24.000,00	71.000,00
Mai/97	25.000,00	96.000,00

A Microempresa então irá recolher, respectivamente:

Tabela 5:

Período	Alíquota	Imposto Devido (em R\$)
Jan/97	3%	360,00
Fev/97	3%	450,00
Mar/97	3%	600,00
Abr/97	4%	960,00
Mai/97	5%	1.250,00

Como podemos perceber acima a alíquota é aplicada sobre a Receita Bruta mensal, mas o valor tomado como base para definição da alíquota a ser usada é o da Receita Bruta acumulada.

A Lei nº 9.317/96 também incluiu o IPI no SIMPLES, com a alíquota de 0,5% para todas as faixas de Receita Bruta. Desta forma, se a Microempresa for contribuinte do IPI as alíquotas serão as seguintes:

Tabela 6:

Receita Bruta Acumulada no ano-calendário em curso (em R\$)	Percentual aplicável sobre a Receita Bruta mensal
Até 60.000,00	3,5%
De 60.000,01 até 90.000,00	4,5%
De 90.000,01 até 120.000,00	5,5%

Além dos impostos e contribuições que fazem parte da alíquota unificada, se a Unidade Federada e/ou Município aderirem ao SIMPLES mediante convênio, o ICMS e/ou ISS poderão fazer parte da alíquota unificada na porcentagem estabelecida, conforme quadro abaixo:

Tabela 7:

Contribuinte do ICMS (Exclusivo, adesão do Estado)	Até 1%
Contribuinte do ISS (Exclusivo, adesão do Município)	Até 1%
Contribuinte do ICMS e ISS (Adesão do Estado e do Município)	Até 1%, sendo 0,5% do Estado; 0,5% do Município

Assim a Microempresa que adotar a forma SIMPLES para pagamento de seus impostos e contribuições, aplicará uma alíquota de no mínimo 3% e no máximo 6,5% sobre sua Receita Bruta mensal.

3.5. FORMA E PRAZO PARA OPÇÃO PELO SIMPLES

Conforme a Lei nº 9.317/96 a opção pelo SIMPLES é optativa e definitiva para todo o exercício social, devendo ser feita normalmente até 31 de dezembro do ano anterior. Excepcionalmente em 1997 as empresas formalizarão sua opção em qualquer data do ano, com benefícios retroativos a 1º de janeiro de 1997.

Para ingressar no sistema SIMPLES, as empresas deverão preencher o formulário “Termo de Opção pelo SIMPLES”, onde deverão informar entre outros, seu nome, sua Receita Bruta acumulada no ano-calendário anterior, os tributos a que está sujeita, etc.

Já para as empresas que iniciarem suas atividades a partir de 01/01/97 formalizarão, na constituição, a sua opção pelo SIMPLES por meio de Ficha Cadastral da Pessoa Jurídica ou então por meio do “Termo de Opção pelo SIMPLES”, se optarem após a sua constituição.

Entretanto não basta só a vontade da empresa optar pelo SIMPLES, ela deverá cumprir alguns requisitos que foram citados na Lei nº 9.317/96 nos

Arts. 15º a 26º os quais iremos tratar resumidamente a seguir.

O ingresso no SIMPLES depende da regularização dos débitos da Pessoa Jurídica e de seu titular ou sócio, para com a Fazenda Nacional e com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com observância das seguintes normas:

I - A regularização dos débitos para com a Fazenda Nacional, relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de outubro de 1996, poderá ser efetuada de forma parcelada, cujo requerimento será feito no próprio “Termo de Opção pelo SIMPLES”, com observância dos procedimentos estabelecidos pela IN SRF nº 74/96, exceto com relação ao prazo de parcelamento, que foi alterado pela MP nº 1.542-23/97, de 10/06/97 para:

- a) 60 prestações¹, se o parcelamento for solicitado até 30.06.97;
- b) 48 prestações, se o parcelamento for solicitado até 31.07.97;
- c) 36 prestações, se o parcelamento for solicitado até 31.08.97;

II - A Microempresa que tiver débitos no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ficará obrigada a providenciar sua imediata regularização perante esse órgão. Para fins de controle e regularização dos débitos perante o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Secretaria da Receita Federal comunicará a esse órgão todas as inscrições no SIMPLES.

3.6. BUROCRACIA NO SIMPLES

Com a adoção do SIMPLES a Microempresa continua obrigada:

1) A Escrituração dos Livros:

* Caixa e Bancos, no qual deve ser escriturada toda a sua movimentação financeira, inclusive bancária;

* Registro de Inventário, no qual deverão constar registrados os Estoques existentes no término de cada ano-calendário;

¹ Conforme Arts. 16º e 19º: “O valor mínimo da prestação mensal do parcelamento de débitos anteriores será de R\$ 50,00 para a Pessoa Jurídica e para o titular ou sócio. Sendo que o valor de cada prestação mensal, por ocasião de seu pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do sistema especial de liquidação e custódia - SELIC”.

O SIMPLES também dispensou as Microempresas de manterem escrituração contábil, no entanto como foi comentado anteriormente as Microempresas segundo o Código Comercial Brasileiro devem possuir contabilidade, para que a distribuição de seus lucros seja isenta de Imposto de Renda.

2) A Conservar todos os documentos que envolveram as operações empresariais, durante os próximos 5 anos para efeitos fiscais e/ou 10 anos para efeitos comerciais;

3) A efetuar a retenção e recolhimento do I.R. Fonte descontado de empregados e terceiros (sócios e autônomos) e fornecer o informe de rendimentos;

4) A entregar anualmente a Declaração Simplificada do IRPJ até o último dia útil do mês de maio do ano-calendário subsequente ao de ocorrência dos fatos geradores dos impostos e contribuições de que tratam os Art. 3º § 1º e 4º;

5) Ao preenchimento do DARF - SIMPLES para recolhimento do imposto unificado, que deverá ser feito até o décimo dia do mês subsequente àquele em que houver sido auferida a Receita Bruta;

6) Ao cumprimento das obrigações acessórias previstas na legislação Previdenciária e trabalhista, como por exemplo: anotar a Carteira de Trabalho, RAIS, controle de Férias, FGTS, etc;

7) Apresentar a DIRF anual e;

8) A mandar confeccionar e manter em local visível ao público uma “Placa”, onde conste que ela está inscrita no “SIMPLES”, sendo que sua falta acarretará a cobrança de multa equivalente a 2% do total do SIMPLES devido no mês em que for constatada a irregularidade.

3.7. EXCLUSÃO DO SIMPLES

Assim como existe inúmeras condições para que uma empresa seja enquadrada no SIMPLES, existe muitas outras para que ela seja excluída deste sistema. Por isso, apesar do SIMPLES simplificar bastante o trabalho de uma empresa, ela deverá estar sempre atenta acompanhando se pode ou não continuar neste sistema ao realizar certos atos e ultrapassar certos limites estabelecidos pela

Lei. Porque pior do que uma empresa enquadrada no SIMPLES como Microempresa erroneamente, é ela permanecer no sistema, quando deveria se retirar.

Segundo a Lei nº 9.317/96 Art. 12º, “A exclusão do SIMPLES será feita mediante comunicação pela Pessoa Jurídica ou de Ofício”.

Desta forma, o contribuinte deverá agir de acordo com os motivos do desenquadramento descritos na Lei nº 9.317/96, a saber:

1. Exclusão por iniciativa da Pessoa Jurídica

1.1. Por opção da própria empresa - pode ser comunicada a qualquer tempo, sendo que o efeito da exclusão será a partir de 01/01 do ano-calendário subsequente ao da comunicação;

1.2. Obrigatoriamente

1.2.1. Quando a Microempresa ultrapassar o limite da Receita Bruta estabelecido - o prazo para a comunicação é até o último dia útil do mês de janeiro do ano-calendário seguinte e seus efeitos dar-se-ão a partir de 01/01 do ano seguinte ao que foi verificado o excesso. A empresa que não se retirar espontaneamente do sistema SIMPLES na data permitida estará sujeita a multa de 10% sobre o SIMPLES do mês que antecede a exclusão;

1.2.2. Demais situações excludentes do Art. 9º, incisos III a XVIII - neste caso a comunicação deve ser feita até o último dia do mês seguinte àquele em que se deu a exclusão e seu efeito dar-se-á a partir do mês seguinte da situação excludente. Para este caso, se a Microempresa não fizer espontaneamente a comunicação de sua exclusão do SIMPLES, estará sujeita a multa de 10% sobre o SIMPLES do mês que antecede a exclusão;

1.2.3. Microempresas que iniciaram suas atividades em 1997 e ultrapassaram o limite da Receita Bruta proporcional - o prazo de comunicação de sua exclusão será até o último dia útil do mês seguinte àquele em que ocorreu o fato impeditivo. Seu efeito será retroativo até o início da atividade;

2. Exclusão de Ofício

2.1. Quando não feita a comunicação obrigatória pela Pessoa Jurídica nos prazos estipulados pelo Art. 13º da Lei nº 9.317/96:

- a) Hipótese de excesso da Receita Bruta - este tipo de exclusão tem seus efeitos a partir do dia 01/01 do ano seguinte em que for verificado o excesso;
- b) Demais hipóteses do Art. 9º, incisos III a XVIII - a exclusão do sistema dar-se-á a partir do mês seguinte ao da situação excludente.

2.2. Demais hipóteses do Art. 14º, incisos II a VII:

- a) Embaraço e resistência à fiscalização - a partir do mês-base de lavratura do termo;
- b) Constituição de Pessoas Jurídicas por interpostas pessoas - retroage ao mês base em que interpôs as pessoas, perdurando enquanto existir a condição impeditiva;
- c) Prática reiterada de infração à legislação tributária - a partir do mês-base em que foi constatado mediante termo a referida prática;
- d) Contrabando ou descaminho e crime contra a ordem tributária - a partir do mês base da ocorrência do fato.

Como se pôde ver existe certas obrigações a serem cumpridas por uma empresa, quando da sua exclusão do sistema SIMPLES, que devem ser cumpridas a risca, sob pena da empresa arcar com um processo penal e elevadas multas.

Sendo a exclusão do sistema SIMPLES algo que deve ser cumprido durante o prazo estabelecido, sob pena de severas punições. Tão logo a Lei nº 9.317/96 chegou ao conhecimento de estudiosos e tributaristas, deparou-se com uma certa dúvida. A dúvida girava em torno da exclusão do SIMPLES das Microempresas que durante o ano de 1997 ultrapassassem o valor limite da Receita Bruta acumulada. Neste caso estariam elas automaticamente excluídas deste sistema a partir do momento em que ultrapassassem a Receita Bruta acumulada permitida, e obrigadas ao recolhimento de impostos e contribuições como qualquer empresa? Depois de muita discussão, viu-se que não. A Microempresa que exceder o limite da Receita Bruta acumulada durante o ano, deverá a partir deste momento recolher o SIMPLES utilizando as alíquotas impostas às Empresas de Pequeno Porte (EPP), as quais também são abrangidas por esta Lei, mas que aqui não são tratadas por não fazerem parte do objeto de estudo deste trabalho. Para a Microempresa que durante o ano ultrapassar o limite de Receita Bruta acumulada,

estará automaticamente desenquadrada do SIMPLES no ano-calendário subsequente, a não ser que faça a sua inscrição, utilizando o “Termo de Opção pelo SIMPLES”, na condição de Empresa de Pequeno Porte.

4. VANTAGENS E BENEFÍCIOS DO SIMPLES

Ao compararmos o que era a Lei nº 7.256/84 que criou o Estatuto da Microempresa e o que é a Lei nº 9.317/96 que criou o SIMPLES, podemos perceber que entre as duas existe uma grande diferença. A Lei nº 9.317/96 com sua nova sistemática de tributação promete revolucionar a vida das Microempresas, enquanto que, a Lei nº 7.256/84 em seus artigos foi como um primeiro passo para este objetivo.

Apesar da Lei nº 9.317/96 conter em seu bojo uma série de assuntos polêmicos, ela a primeira vista, foi bem aceita pela grande maioria de microempresários, que viram uma grande oportunidade para pagarem menos impostos.

4.1. A MICROEMPRESA “COM” E “SEM” A ADOÇÃO DO SIMPLES

As empresas que optaram pelo SIMPLES e que foram enquadradas como Microempresa estarão sujeitas às alíquotas previstas na Lei nº 9.317/96 que já foram tratadas anteriormente neste estudo. Já as empresas que puderem optar pelo SIMPLES e não optarem e que no ano de 1996 estavam enquadradas como Microempresas pela Lei nº 7.256/84, passarão a partir do ano-calendário de 1997 a recolher todos os impostos e contribuições, inclusive o IRPJ e o PIS antes isentos para as Microempresas com faturamento não superior a R\$79.555,20.

Assim com a criação do SIMPLES não mais existe a forma jurídica da Microempresa para a empresa que estiver fora do SIMPLES. Por isto, fazendo uma análise através de exemplos hipotéticos, demonstraremos as vantagens e benefícios que a adoção do SIMPLES pode proporcionar, em comparação com a forma normal de tributação.

4.1.1. MICROEMPRESA COMERCIAL

Para fins de comprovação de que a adoção do SIMPLES é mais vantajosa para uma empresa comercial, daremos o seguinte exemplo da Microempresa que opta pelo SIMPLES e por aquela que não opta.

Dados do Problema:

•Faturamento acumulado de janeiro a maio de 1997 de R\$25.000,00

Folha de Pagamento acumulada no mesmo período de R\$2.500,00

Sem a opção pelo SIMPLES

Na nova sistemática se uma empresa não adotar o SIMPLES, ela deverá recolher seus impostos com base no Lucro Presumido ou no Lucro Real. Como nesta empresa o faturamento não é tão elevado optar-se-á pelo Lucro Presumido.

Tributo	Alíquota	Imposto Devido
IRPJ	1,2% s/ fatur.	300,00
PIS	0,65% s/ fatur.	162,50
CSSL	0,96% s/ fatur.	240,00
COFINS	2,00% s/ fatur.	500,00
INSS PATRONAL	26,8% s/ fol. pagto.	670,00
Total	-	1.872,50

Com a opção pelo SIMPLES

Faturamento	Alíquota	Imposto Devido
25.000,00	3%	750,00

Como podemos notar existe uma grande diferença entre a opção e a não opção pelo SIMPLES. Uma diferença que resulta numa redução de R\$\$1.122,50 ou 59,95% da carga tributária da empresa.

4.1.2. MICROEMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS

Neste caso analisaremos a vantagem da adoção do SIMPLES para uma Microempresa prestadora de serviços que teve:

- Faturamento Acumulado de janeiro a junho de 1997 de R\$ 50.000,00
- Folha de Pagamento Acumulada no mesmo período de R\$ 8.500,00

Sem a opção pelo SIMPLES

Tributo	Alíquota	Imposto Devido
IRPJ	4,8% s/ fatur.	2.400,00
PIS	0,65% s/ fatur.	325,00
CSSL	0,96% s/ fatur.	480,00
COFINS	2,00% s/ fatur.	1.000,00
INSS PATRONAL	26,8% s/ fol. pagto.	2.278,00
TOTAL	-	6.483,00

Com a opção pelo SIMPLES

Faturamento	Alíquota	Imposto Devido
50.000,00	3%	1.500,00

Como também podemos ver neste caso a adoção do SIMPLES pela empresa, só lhe trará benefícios. Sem a adoção do SIMPLES ela irá recolher R\$6.483,00 o que corresponde um aumento de 332,20% ou uma redução de 76,86% em sua carga tributária. Já que a grande diferença reside no fato de que na alíquota do SIMPLES o IRPJ é nulo, ao passo que no regime normal de tributação esta alíquota é de 15% sobre Base de Cálculo de 32% (ou seja 4.8%).

4.1.3. MICROEMPRESA COMERCIAL COM O ESTADO ADERINDO AO SIMPLES

Para elaboração deste exemplo vamos levar em consideração que a Microempresa está situada em Santa Catarina e contribui para o ICMS com

aliquota de 17%, e que o Estado aderiu ao SIMPLES, passando a partir deste momento o ICMS a compor a alíquota única do SIMPLES para as Microempresas enquadradas neste sistema.

Dados do Problema:

- Faturamento de janeiro a julho de 1997 de R\$ 74.000,00
- Folha de Pagamento no mesmo período de R\$ 12.000,00
- Empresa contribuinte exclusivamente do ICMS
- O Estado aderiu ao SIMPLES com a alíquota de 1%

Sem a opção pelo SIMPLES

Tributo	Alíquota	Imposto Devido
IRPJ	1,2% s/ fatur.	888,00
PIS	0,65% s/ fatur.	481,00
CSSL	0,96% s/ fatur.	710,40
COFINS	2,00% s/ fatur.	1.480,00
INSS PATRONAL	26,8% s/ fol. pagto.	3.216,00
ICMS	17% s/ fatur.	12.580,00
Total	-	19.355,40

Com a opção pelo SIMPLES

Faturamento	Alíquota	Imposto Devido
60.000,00	4%	2.400,00
14.000,00	5%	700,00
Total	-	3.100,00

Obs.: Deve ser considerado o faturamento acumulado em determinado mês para a definição da alíquota a ser aplicada.

Como podemos perceber há uma diferença gritante entre a empresa optar ou não pelo SIMPLES, quando o Estado adere ao mesmo. Diferença esta que monetariamente é de R\$ 15.655,40, o que implica numa redução de 83,98% nos gastos da empresa.

4.1.4. MICROEMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS COM O MUNICÍPIO ADERINDO AO SIMPLES

Neste exemplo levaremos em conta que a Microempresa tem sua sede no Município de Florianópolis - SC e é contribuinte do ISS com a alíquota de 5%, e que o Município aderiu ao SIMPLES, e que por consequência o ISS irá compor a alíquota do SIMPLES.

Dados do Problema:

- Faturamento de janeiro a dezembro de 1997 de R\$ 98.000,00
- Folha de Pagamento no mesmo período de R\$ 25.000,00
- Empresa Contribuinte exclusivamente do ISS
- O Município aderiu ao SIMPLES com a alíquota de 1%

Sem a opção pelo SIMPLES

Tributo	Alíquota	Imposto Devido
IRPJ	4,8% s/ fatur.	4.704,00
PIS	0,65% s/ fatur.	637,00
CSSL	0,96% s/ fatur.	940,80
COFINS	2,00% s/ fatur.	1.960,00
INSS PATRONAL	26,8% s/ fol. pagto.	6.700,00
ISS	5% s/ fatur.	4.900,00
TOTAL	-	19.841,80

Com a opção pelo SIMPLES

Períodos	Faturamento	Fatur. Acumulado	Alíquota	Imposto Devido
Jan - Mai	58.000,00	58.000,00	4%	2.320,00
Jun - Set	30.000,00	88.000,00	5%	1.500,00
Out - Dez	10.000,00	98.000,00	6%	600,00
-	Total	-	-	4.420,00

Obs.: Deve ser considerado o faturamento acumulado em determinado

mês para a definição da alíquota a ser aplicada.

Ao analisarmos veremos que é vantajoso para a Microempresa optar pelo SIMPLES, pois terá uma redução de 77,72%, redução esta significa muito para as Microempresas.

4.1.5. MICROEMPRESA COMERCIAL E PRESTADORA DE SERVIÇOS COM O ESTADO E O MUNICÍPIO ADERINDO AO SIMPLES

Para este exemplo iremos considerar que a Microempresa está localizada no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina e que a mesma é contribuinte do ICMS e do ISS, com as alíquotas respectivas de 17% e 5%.

Dados do Problema:

- Faturamento de janeiro a setembro de 1997 de R\$ 85.000,00: distribuídos em R\$ 50.000,00 para o Comércio e R\$ 35.000,00 para os Serviços.
- Folha de Pagamento no mesmo período de R\$ 20.000,00
- O Município e o Estado aderiram ao SIMPLES, e que a alíquota é de 1%, 0,5% referente ao ICMS e 0,5% referente ao ISS.

Sem a opção pelo SIMPLES

Tributo	Alíquota	Imposto Devido
IRPJ COMÉRCIO	1,2% s/ fatur.	600,00
IRPJ SERVIÇO	4,8% s/ fatur.	1.680,00
PIS	0,65% s/ fatur.	552,50
CSSL	0,96% s/ fatur.	816,00
COFINS	2,00% s/ fatur.	1.700,00
INSS PATRONAL	26,8% s/ fol. pagto.	5.360,00
ICMS	17% s/ fatur.	8.500,00
ISS	5% s/ fatur.	1.750,00
TOTAL	-	20.958,50

Com a opção pelo SIMPLES

Faturamento Total	Alíquota	Imposto Devido
Até 60.000,00	4%	2.400,00
25.000,00	5%	1.250,00
Total	-	3.650,00

Obs.: Deve ser considerado o faturamento acumulado em determinado mês para a definição da alíquota a ser aplicada.

Neste exemplo podemos notar que para a empresa que é contribuinte do ICMS e do ISS e que puder optar pelo SIMPLES, deverá assim proceder, pois a diferença do montante de impostos a pagar pelo sistema normal e pelo sistema SIMPLES é vultuosa.

Ao analisarmos todos os exemplos expostos neste estudo, podemos dizer que é vantajoso para as Microempresas adotarem o SIMPLES.

E uma dessas principais vantagens pode ser traduzida na redução da carga tributária, que gera uma considerável economia para este tipo de empresa. Através desta redução as Microempresas poderão diminuir ainda mais seus custos tornando-se cada vez mais competitivas, e ao tornarem-se competitivas terão novas oportunidades de negócios e de crescimento.

Se para os Microempresários a criação do SIMPLES representou uma grande conquista. Podemos inferir que para o governo não foi muito diferente, apesar da análise dos exemplos abordados, mostrar-nos a primeira vista que a criação do SIMPLES poderá reduzir a arrecadação de tributos. Vemos que ao criar o SIMPLES o governo deu oportunidade de muitas Microempresas saírem da informalidade. E que se por um lado o governo deixa de arrecadar um determinado montante de uma Microempresa, por outro lado ele ganha com a arrecadação das novas Microempresas que irão surgir ou sair da informalidade.

Outro aspecto que o SIMPLES trouxe para o governo, é que com sua criação, cresce a expectativa de geração de novos empregos, já que este é um grande obstáculo a ser superado pelo governo, em viturde do crescente índice de

desempregados no País.

Enfim, apesar da criação do simples representar uma grande conquista na área tributária, tanto para as Microempresas quanto para o governo, tem-se em mente que este imposto deve ser considerado um primeiro passo para a criação de um “imposto único” que englobe todos os tipos de empresa (respeitando, é claro, suas particularidades), e mais, que este imposto seja nos moldes dos países mais desenvolvidos, onde a tributação é sensata e não complicada, para que tanto as Micro e Pequenas quanto as Grandes empresas tenham cada vez mais subsídios para crescerem e para levarem consigo o crescimento do País.

5. CONCLUSÃO

Atualmente ser competitivo é condição fundamental para a sobrevivência das empresas. É um importante meio para conseguir esta competitividade, é a redução de custos.

É justamente este ponto que vinha causando uma grande dor de cabeça para as Microempresas. Apesar de serem pequenas elas estavam submetidas a mesma carga tributária impostas às empresas de maior porte, o que por consequência levava a um aumento nos seus custos.

Entretanto isto mudou, o ano de 1996 tornou-se um marco na vida das Microempresas. Com a criação do SIMPLES, as oportunidades de crescimento das Microempresas praticamente dobraram.

Deste modo, o objetivo deste trabalho foi demonstrar a importância que a criação do SIMPLES representou para as Microempresas.

Inicialmente, procurou-se abordar a história das Microempresas, suas legislações e dificuldades enfrentadas, com o intuito de proporcionar uma visão real do que eram as Microempresas antes do SIMPLES.

Posteriormente, tratou-se de conceituar a legislação do SIMPLES e sua nova sistemática.

Por fim, através de exemplos hipotéticos, demonstrou-se que a opção da Microempresa pelo SIMPLES é vantajosa, e pode trazer muitos benefícios. Benefícios estes que podem ser mensurados através da economia nos gastos da empresa. Esta economia além de melhorar consideravelmente a saúde financeira da empresa é um forte estímulo para que haja contratação de mais funcionários, investimento em tecnologia e muitas outras aplicações que trarão vantagens não só para a Microempresa mas para o País como um todo.

6. BIBLIOGRAFIA

GODOY, Antônio Carlos de. **Um Ciclo de Ouro**. Revista Pequenas Empresas Grandes Negócios, n. 72, jan. 1995.

HIGUCHI, Fábio Hiroshi. **Imposto de Renda das Empresas**. 21 edição. São Paulo: Atlas, 1996.

HIGUCHI, Hiromi; HIGUCHI, Fábio Hiroshi. **Imposto de Renda das Empresas — Interpretação e Prática**. 22 edição. São Paulo: Atlas, 1997.

IBÁÑEZ, Miriam; MARCOCCIA, Malu; FREIRE, Nehemias Ramos; et. all. **A Conquista de Novas Fronteiras**. Revista Pequenas Empresas Grandes Negócios, n. 63, abr. 1994.

ICMS Tratamento Diferenciado para Micro e Pequenas Empresas — Perguntas & Respostas. Florianópolis: SEBRAE, 1995.

LEI Nº 9.317 de 5 dezembro de 1996. Boletim Informare nº 01/97.

MIGUEL, Gilson. **Empresários x Fiscais**. Revista Pequenas Empresas Grandes Negócios, n. 09, out. 1989.

OLIVEIRA, Edmundo M. **A Chance de Simplificar**. Revista Pequenas Empresas Grandes Negócios, n. 96, jan. 1997.

RAMOS, Flávio; FONSECA, José Leite de Assis. **A Grande Dimensão da Pequena Empresa — Perspectivas de Ação**. Brasília: SEBRAE, 1995.

SUPLEMENTO IOB - INFORMAÇÕES OBJETIVAS. SIMPLES: Perguntas e Respostas. São Paulo, Anexo Bol. IOB, n. 18, 1997.